



CÂMARA MUNICIPAL

99

ATA DA REUNIÃO DE CÂMARA

N.º 06/20, DE 26 DE MARÇO DE 2020

PRESENTES:

Sr. Presidente da Câmara, Mário de Almeida Loureiro
Sr. Vice-Presidente, Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz
Sra. Vereadora, Eng.ª Sílvia Maria dos Prazeres Ferreira
Sr. Vereador, Dr. António Manuel Fonseca Oliveira
Sr. Vereador, Dr. António Luís da Silva Martins
Sr. Vereador, Carlos Alberto dos Santos
Sr. Vereador, Joaquim Manuel da Fonseca Garcia

Pelas catorze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara, deu início à reunião, realizada, com recurso à videoconferência, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, com o período de “*Antes da Ordem do Dia*”, em cumprimento do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, tendo participado na mesma os elementos do Executivo, supra identificados, ao abrigo do disposto no n.º 1, do artigo 5.º do citado diploma legal.

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

No Período de Antes da Ordem do Dia e no uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara, na sua intervenção e após apresentação de cumprimentos a todos os Senhores Vereadores que participam na presente reunião, começou por dar conhecimento de tudo o que se tem passado, desde a última reunião realizada no

9 0,



CÂMARA MUNICIPAL

dia 10 de março, designadamente, no que respeita às medidas preventivas do novo Coronavírus.

Neste contexto e na sequência das orientações, desde logo, propostas na reunião que ocorreu no passado dia 11 de março, na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, com a ARS e outras entidades ligadas à área da saúde e da proteção civil, para conter a propagação da pandemia, cuja nota já tinha dado na reunião da Câmara de 10 de março, acrescentou que, para além das medidas que na altura foram anunciadas, se optou, igualmente, e de acordo com a decisão do Governo, da Assembleia da República e do Senhor Presidente da República, pelo cancelamento de eventos e de iniciativas, nas associações e nas freguesias, assim como, proceder ao encerramento das infraestruturas municipais, designadamente, Biblioteca Municipal, Centro Cultural, Ginásio Municipal, Salas de Desporto, Pavilhão Multiusos, Piscinas Municipais, Estádio Municipal, incluindo a suspensão da realização da feira mensal, do Mercado Municipal e de todas as atividades promovidas por grupos de teatros, como é o caso da Academia Artística do Município, da Academia Sénior, do Coro Polifónico Municipal. Em suma, eliminar todas as atividades em que pudesse haver aglomeração de pessoas.

No tocante aos Mercados Municipais, clarificou que, após debatida essa questão na referida reunião da CIM, se optou, igualmente, pelo encerramento dos mesmos, atendendo ao facto de serem locais onde se comercializam produtos alimentares e que implica aglomerado de pessoas, cujo controle seria muito complicado.

Prosseguiu, dando nota das sucessivas reuniões que têm sido realizadas em torno da situação epidemiológica do Covid-19, na modalidade de videoconferência, cumprindo assim com as indicações da própria Direção-Geral da Saúde e através das quais se foi fazendo a análise de tudo o que se tem passado, ouvindo os comentários de todos os colegas autarcas, designadamente, sobre o que tem sido feito por cada um dos municípios, quer nas medidas tomadas, quer nas iniciativas que têm sido desenvolvidas, no sentido de minimizar os efeitos da pandemia.



CÂMARA MUNICIPAL

9. f

Como consequência das implicações, que esta situação está a desencadear e no âmbito da Declaração do Estado de Emergência, decretada pelo Senhor Presidente da República e que foi aprovada por Resolução do Conselho de Ministros, em 19 de março, transmitiu que os Serviços do Município foram encerrados, definitivamente em termos presenciais, com efeitos a 20 de março, apesar do pessoal interno do município já estar em situação de teletrabalho, nessa semana de 16 a 19 de março, e que *“tudo tem funcionado bem. A Câmara não parou. Temos estado a despachar desde essa data”*, como partilhou.

Quanto ao pessoal externo, esclareceu que o mesmo tem assegurado aquilo que é essencial, designadamente, a limpeza urbana e o ambiente.

No mesmo âmbito de ação, também referiu o trabalho efetuado pelo Gabinete de Ação Social, em termos de apoio e acompanhamento das famílias e de todas as pessoas, relativamente aos problemas que podem surgir desta situação, nomeadamente no que concerne ao isolamento de pessoas, uma vez que os Centros de Dia encerraram.

Neste contexto, informou que *“Estamos em ligação permanente com o Centro de Saúde, designadamente com o Dr. Capela Daniel e, também, com a Administração Geral de Saúde. Os dados são-nos fornecidos diariamente e quando há qualquer coisa de anormal é comunicado de imediato”*.

De igual modo e na sequência de tudo o que se está a vivenciar, disse ter emitido uma mensagem aos Tabuenses, que pode ser vista no site do município, através da qual deu a conhecer as medidas preventivas que estão a ser tomadas e que devem ser seguidas por todos, em termos de isolamento, sobretudo em relação às pessoas que se deslocaram aqui para o concelho, sejam eles cidadãos que vêm do estrangeiro, sejam cidadãos que viviam em partes do país, onde há risco.

Neste sentido, realçou o controlo que está a ser efetuado através da GNR e das Juntas de Freguesia, com o intuito de se ir verificando se as pessoas estavam a cumprir o isolamento, para não haver propagação, estando tudo a decorrer em conformidade.

[Handwritten signature]



CÂMARA MUNICIPAL

Contudo, no dia de hoje, a respeito desta medida e face às notícias veiculadas na comunicação social, parece que este acompanhamento não está assegurado para o futuro, pela Direção Geral de Saúde, facto que, na sua opinião, pode implicar muitos riscos, mas são ordens que há que acatar.

Destacou a série de reuniões efetuadas com as Juntas de Freguesia, as preocupações por elas manifestadas, bem como o acompanhamento e colaboração que as mesmas têm prestado às IPSS's.

Na vertente ambiental, deu nota que a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, começou a fazer a desinfeção dos contentores e ecopontos de superfície integrados no concelho, tendo o Município iniciado, também, a desinfeção no espaço urbano, que embora sendo uma medida para a qual ainda não há indicações científicas que garantam a sua eficácia no combate ao vírus, entende que *"é preferível arriscarmos por excesso do que por defeito"*.

Relativamente ao encerramento das escolas, informou que o pessoal do Município afeto às mesmas, designadamente, a/o (s) assistentes operacionais tiveram como tarefas, efetuar uma limpeza mais profunda nas instalações das mesmas, sendo que duas delas, na semana de 16 a 19, foram destacadas para o Edifício dos Paços do Município, também para prestarem apoio na limpeza e consequente desinfeção de todos os gabinetes e secções existentes no mesmo.

No que respeita às crianças, referiu, ter havido, também, a preocupação de lhes assegurar o fornecimento das refeições escolares, sobretudo às abrangidas pelo escalão A, bem como a disponibilização de espaço na escola, no caso de pais que precisassem de ir trabalhar, poderem deixar os seus filhos, mas nem num caso, nem no outro, foi manifestado interesse nisso.

Por último, exteriorizou que *"têm sido dias muito complicados. Quer eu, quer os meus colegas estamos em ligação permanente, ao minuto, ao segundo, seja de dia, seja de noite. Temos feito tudo o que é possível. Temos organizado as coisas de uma forma muito rigorosa, no sentido de que possamos dizer que estamos a assumir toda a nossa responsabilidade, naquilo em que é possível, de alguma forma vir a*



CÂMARA MUNICIPAL

intervir. Por isso, estou disponível para prestar qualquer esclarecimento e dizer que espero, sinceramente, que com o comportamento que os Tabuenses têm tido, as coisas nos corram bem”.

Finalizou a sua intervenção, dando nota aos Senhores Vereadores que a comemoração habitual do Feriado Municipal está adiada e será realizada com recurso às redes sociais.

Nada mais havendo a acrescentar, deu por terminada a sua intervenção passando a palavra, de seguida, aos Senhores Vereadores para se pronunciarem.

INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES

INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE, DR. RICARDO CRUZ:

No uso da palavra o Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e colaboradores do Município que estão a assessorar a presente Reunião e que é a primeira reunião de Câmara, da história online do Município de Tábua, infelizmente por motivos menos bons.

Neste contexto, expressou que cabe aos autarcas dar o exemplo, salientando como positivo o recurso às novas tecnologias, nesta fase, para acompanhamento das reuniões e de todos os assuntos da Câmara e que, em seu entender, é uma forma de passar à nossa sociedade, uma mensagem positiva e uma imagem bastante responsável.

Seguidamente e antes de entrar, propriamente, na temática que nos levou a esta situação, informou que os projetos inerentes ao Jardim de Infância de Candosa, EB de Mouronho e Jardim de Infância de Mouronho, foram contemplados pelo FEDER com um reforço de verbas no valor de 48.602,85 , que considera ser uma boa notícia, atendendo ao cenário que atualmente todos estamos a viver, para que possamos ter um ânimo ainda mais redobrado naquilo que é o nosso desempenho.



CÂMARA MUNICIPAL

No que respeita, em concreto, ao assunto inerente ao COVID-19, referiu que no dia de hoje a fase de mitigação da pandemia entrou em Portugal e que é a 3.^a mais grave resposta, por assim dizer, a esta pandemia pelo que, na sua ótica, todas as medidas que estão a ser tomadas, devem ter continuidade e ser acompanhadas de uma forma, ainda, mais rigorosa.

Prosseguiu, referindo que se associa às palavras proferidas pelo Senhor Presidente, quer na reunião de hoje, quer na mensagem dirigida aos Tabuenses, deixando também os seus sentimentos às famílias daqueles que já faleceram, assim como uma palavra de esperança e de apoio a todos os profissionais de saúde, Bombeiros Voluntários, IPSS's, Lares, empresários, comércio local e, obviamente, às populações e deixar uma palavra de rápido restabelecimento àqueles que, de algum modo, estejam infetados com esta doença.

No tocante às situações encetadas pelo Município de Tábua e que o Senhor Presidente já abordou na sua intervenção, aproveitou, igualmente, para lhe manifestar o seu reconhecimento pelo trabalho que tem efetuado, assim como o empenho de todo o Executivo e, de uma forma positiva e pró-ativa, também, aos Vereadores da oposição, deixando algumas das medidas que foram sendo tomadas em diversas áreas.

Neste sentido e sempre que possível tem-se recorrido às redes sociais e ao site do Município que, como podem constatar, foi criado no mesmo um *pop up* em que refere que, apesar de alguns serviços estarem de portas fechadas, têm os acessos todos, via telefone e online para que as pessoas e os munícipes possam contactá-los.

Deu nota, que também nas redes sociais, têm sido sempre colocadas informações sobre a matéria, esclarecendo que dentro do site há um campo específico para a COVID-19, em que todas as notícias e comunicações do Município de Tábua, estão lá a ser elencadas e quem tem a APP Municipal, ou seja, a aplicação, está sempre a receber notificações.



CÂMARA MUNICIPAL

A acrescentar a isso e, na sequência de algumas medidas que já foram referidas pelo Senhor Presidente, no âmbito da Educação, Formação e Empreendedorismo Jovem, deu nota que a plataforma + sucesso escolar, foi disponibilizada a todos os alunos do 1.º ciclo, onde podem encontrar os conteúdos didáticos, bem como inúmeros desafios e concursos para efetuarem em casa.

Explicou que as atividades de enriquecimento curricular e complemento curricular foram todas direcionadas para esta realidade online, onde são publicadas iniciativas e tarefas a realizar por parte dos alunos e, em caso excepcionais, nomeadamente para aqueles mais carenciados ou que, eventualmente, não disponham de meios para recorrer às plataformas online, o acompanhamento é efetuado também, mediante impressão de documentos, que lhes é entregue.

Ainda, na área da Educação, deu também indicação de que são enviados SMS's a todos os encarregados de educação, via plataforma SIGA, para que algumas das medidas que estão a ser implementadas no âmbito da Educação, tenham esse acompanhamento por parte dos pais.

No âmbito do fornecimento das refeições às crianças do 1.º ciclo e aos jardins-de-infância, abrangidos pelo escalão A e sobre o qual o Senhor Presidente já fez referência, acrescentou que a Escola Básica de Tábua está como escola de referência na DGEstE e que, caso seja necessário, fornecerá as refeições ao escalão A, nos outros graus de ensino.

Transmitiu que, a pedido do Centro de Saúde, algumas das colaboradoras e assistentes operacionais que já concluíram as limpezas no Jardim de Infância e nas escolas do 1.º ciclo e que por uma medida de precaução ficaram em casa, vão ser disponibilizadas para auxiliarem nas limpezas dentro do Centro de Saúde, na zona que não está a ser direcionada para o COVID-19, no período de tempo em que as escolas estão encerradas.

No âmbito dos Ambientes Inovadores, informou que com recurso às impressoras 3D, um colaborador da área da informática, está a testar a impressão



CÂMARA MUNICIPAL

de viseiras para que o Município de Tábua, depois as possa disponibilizar, através desse esquema para as IPSS's e profissionais de saúde.

Na vertente do Desporto, Atividade Física e de Lazer e Saúde, informou que os Técnicos Superiores de Educação Física estão a disponibilizar, desde segunda a sábado aulas online, designadamente, de atividade física e fitness, no facebook do Ginásio Municipal, através do qual as pessoas podem exercitar-se sem sair de casa.

Considerando, que os mesmos partilham do igual regime, deu nota que no âmbito do Município Amigo do Desporto, estão a fazer uma série de formações online, através da plataforma Moodle, em áreas como: - a gestão de desporto municipal, ensinar a nadar, observação e intervenção mais saúde com hidroginástica e, também, prevenir e melhorar patologias com hidroginástica. Portanto, como referiu *“ estamos a aproveitar o tempo que estão em teletrabalho, não só para dar aulas online, mas também para promover a formação a eles próprios recorrendo às novas tecnologias”*.

Transmitiu, ainda, que em articulação com a Câmara e os Serviços Municipais de Proteção Civil, antes de ficarem em teletrabalho, foram preparadas as instalações desportivas, constantes no Plano de Operações Municipais, designadamente, o Pavilhão Multiusos para uma função e a Sala Municipal de Desporto para outra, estando dotada de colchões, cadeiras e mesas, para qualquer eventualidade que possa surgir no concelho, no âmbito da pandemia, em apreço.

Sobre o cancelamento das atividades desenvolvidas no Mercado Municipal e realização de feiras, já referido, também, pelo Senhor Presidente, também, deu nota da limpeza e desinfeção que foi efetuada em toda a área da referida infraestrutura municipal, estando também a ser ponderada, a eventual disponibilização do recinto de feiras, para um posto móvel de rastreio, caso seja necessário.

A respeito destas instalações municipais, transmitiu que os comerciantes foram contactados via telefónica pelos serviços do Município de Tábua, a fim de serem elucidados sobre as questões do pagamento das mensalidades ou anulação do mesmo no período em que as mesmas estiverem encerradas.



CÂMARA MUNICIPAL

No âmbito do Associativismo e Sociedade Civil, deu nota da reunião multisetorial do concelho, onde foram dadas a todas as associações as instruções e as indicações para que o movimento associativo se possa também prevenir da COVID-19.

No que respeita à Cidadania e Juventude, referiu que, também, têm sido divulgadas nas redes sociais, medidas preventivas, para a população mais jovem, no âmbito da pandemia em questão, assim como, também foi desativado, temporariamente, o sistema TOMI, localizado no centro da Vila, sendo utilizado apenas para difundir vídeos e medidas de proteção à COVID-19.

No âmbito do Turismo e Recursos Naturais, deu nota que os colaboradores, antes da fase da pandemia, estiveram a colocar nova sinalética nos percursos pedestres.

Transmitiu, igualmente, que foi dado conhecimento via e-mail ao turismo rural e hotelarias, existentes na região, sobre as medidas e incentivos implementados pelo Governo, nessa área e como aceder aos mesmos.

Esclareceu, também, que está ser feito em regime de teletrabalho, o acompanhamento do projeto das Invasões Francesas no nosso território e respetivos conteúdos estão a ser divulgados nas redes sociais, nos roteiros virtuais e do PR3, referente à Rota das Pontes.

Neste âmbito, deu, ainda, nota que numa ação conjunta com a GNR, os parques de campismo também foram encerrados, dado que estavam a receber população estrangeira, sendo por isso uma situação preocupante.

De igual modo, transmitiu o encerramento dos parques de lazer, no âmbito do turismo, efetuado pelos Serviços Municipais de Proteção Civil, sobre os quais o Senhor Vereador, Dr. António Oliveira irá escalonar as medidas todas, por serem locais onde a população pode aceder de uma forma diferente e de turismo e que se vedou, no sentido de ir de encontro às diretrizes que estavam a ser elencadas.

Também, em articulação com a GNR, foi lançada uma campanha, no âmbito do “Regressou ao concelho de Tabua, faça o isolamento social voluntário pela saúde

9



CÂMARA MUNICIPAL

de todos”, para que as pessoas se possam recatar e colaborar mais naquilo que é a prevenção desta pandemia.

Por último, disse estar disponível para responder a alguma questão de pormenor que seja levantada na presente Reunião da Câmara e que todos possam contribuir de forma positiva, afim de se poder reduzir o impacto que esta pandemia possa ter no concelho de Tábua.

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA, ENG.ª SILVIA FERREIRA:

No uso da palavra, a Senhora Vereadora, Eng.ª Sílvia Ferreira apresentou cumprimentos a todos os elementos do Executivo que participam na presente da reunião.

Seguidamente, deu nota que aos colaboradores afetos à Divisão de Obras Particulares do Município, nomeadamente, no que concerne à área dos projetos, foi implementado o regime de teletrabalho, nos termos do preceituado no artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 2-A/ 2020, de 20 de março, pelo que essa situação vai ter, obviamente, como consequência alguns atrasos.

No âmbito da disponibilização das verbas a efetuar pela CCDRC, aos beneficiários das segundas habitações, informou que a referida Comissão de Coordenação entendeu por bem considerar que, todos os documentos que deram entrada até 14 de fevereiro, designadamente, as declarações de não dívida, como válidas, mesmo que não estejam e, assim, proceder aos respetivos pagamentos, tão necessários às famílias e às empresas, mantendo-se em contacto com a mesma no sentido de os agilizar.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, DR. ANTÓNIO OLIVEIRA:

No uso da palavra e após efetuada a habitual apresentação de cumprimentos de forma generalizada a todos os elementos do Executivo que participam na reunião, o Senhor Vereador, Dr. António Oliveira, começou por dar conhecimento que o Dr.



CÂMARA MUNICIPAL

Pedro Cardoso, solicitou a cessação de funções como Presidente da CPCJ de Tábuia, pelo facto de, cumulativamente, também ser o Coordenador do programa CLDS, iniciado a 11 de março, do corrente ano, e que impõe que a pessoa que fica à frente da coordenação deste programa tem de estar num regime de exclusividade.

Neste contexto, referiu que foi convocada uma reunião à Comissão Alargada, para o dia 10, à qual pertencem várias entidades e pessoas, onde ele se despediu e agradeceu toda a colaboração que lhe foi prestada, enquanto Presidente da CPCJ.

Do mesmo modo, transmitiu ter proposto, na hora, em nome do Município, um voto de agradecimento pelo trabalho desenvolvido enquanto Presidente da Comissão, durante os treze meses que esteve à frente da mesma e que mereceu aprovação unânime.

Face às notas que foi dando a conhecer ao Executivo, durante o último ano, lembrou a visita efetuada, à CPCJ de Tábuia, por Procuradores de Justiça ligados a esta área e dos consequentes elogios tecidos ao trabalho desenvolvido na mesma, por eles considerado de “muito bom”. Neste sentido, exteriorizou lamentar a saída do Dr. Pedro Cardoso desta forma, mas, também tem noção de que é a pessoa certa para desenvolver um trabalho a nível do CLDS, cujo programa abrange vários eixos, sendo o principal a Coesão Social, trabalhando áreas como sejam: - desemprego, pobreza, os territórios envelhecidos e também os territórios afetados pelos incêndios de 2017 e que com o seu desempenho trará, de certeza, benefícios para o concelho de Tábuia.

Prosseguiu, dando nota que, na sequência da mencionada reunião da Comissão Alargada, foi efetuada a votação do novo Presidente da CPCJ, tendo sido eleita a Dra. Francisca Andrade, para desempenho dessas funções, por ser a pessoa que reunia mais condições, para o efeito.

Neste contexto, propôs *“um voto de agradecimento ao Dr. Pedro Cardoso, pelo trabalho desenvolvido na nossa CPCJ e desejar as maiores felicidades à Dra. Francisca Andrade, na importante missão que tem pela frente”*.



CÂMARA MUNICIPAL

No que respeita ao assunto da COVID e não querendo repetir-se, uma vez que o Senhor Presidente e o Senhor Dr. Ricardo Cruz já falaram de muitas das ações que foram efetuadas, focou apenas os Planos de Contingência que as várias instituições do concelho foram incentivadas a fazer e a importância dos mesmos para fazer face à pandemia em causa, começando-se pelos Agrupamentos de Escolas que, na altura, ainda estavam em funcionamento e que assim o fizeram, tal como os corpos de bombeiros.

Relativamente às IPSS's e, embora lhes tenha sido facultado todo o apoio possível, o assunto foi mais complicado, referindo que das sete existentes, seis delas já têm Planos de Contingência, faltando apenas um, de um Centro de Dia que, neste momento, não está a funcionar.

Sobre as mesmas e considerando que a informação é, de certa forma pertinente, partilhou que " *metade do seu efetivo de colaboradores está em casa, já há cerca de duas semanas para fazerem a sua quarentena e, este fim-de-semana próximo, vão tentar trocá-los para assegurar os serviços. A situação não é fácil. E, se antes já eram poucos, dividir isto desta forma mais difícil se torna. Portanto, eles estão a fazer um enorme sacrifício. O Senhor Presidente, inclusive, já manifestou a sua solidariedade, quase diária, perante os mesmos. Eu próprio, também, assim como todo o Executivo. Temos falado e dado uma palavra de ânimo a todos os dirigentes e colaboradores que estão a fazer um esforço enorme*".

Seguidamente, deu nota que " *estamos em permanente contacto com a Direção-Geral de Saúde, com o Centro de Saúde, com a GNR, com os Corpos de Bombeiros, estando tudo alinhado, de certa forma. E, como ainda não temos nenhum caso confirmado, como sabem, fomos trabalhando sempre olhando nunca para aquilo que os outros estão a passar. Tive alguns feedbacks do que se passa em Ovar, das dificuldades sentidas e nós começamos aqui a trabalhar na antecipação, como se costuma dizer. Ou seja, temos um Plano já para fazer uma cerca sanitária, se assim for necessário e a GNR já desenvolveu o mesmo, se for preciso, por freguesia e por concelho, estando já inventariados os locais a cortar, onde é preciso*



CÂMARA MUNICIPAL

o elemento da autoridade fisicamente e onde não é necessário. Portanto, isso já está levantado. Estamos a fazer um trabalho grande, de registo de informação porque, neste momento, o que é mais importante é a informação junto com os Senhores Presidentes de Junta, nomeadamente, na identificação de idosos mais isolados, da população que, eventualmente, precisa do nosso serviço ao nível do transporte de alimentos ou medicamentos. Estamos a fazer esse levantamento, a tentar georreferenciar, para que quando a situação se agravar, todos vamos ser poucos para ajudar. E, portanto, se tivermos a situação georreferenciada ao nível dos idosos a situação torna-se mais fácil para fazer o planeamento da distribuição de equipas e de apoio social, essencialmente".

À semelhança do referido pelo Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz, no âmbito da Campanha do regressar a Tábua, transmitiu que as medidas anunciadas são extensivas a toda a gente e não só para os emigrantes. São direcionadas também para os Tabuenses que estão a trabalhar no país e que, agora, regressam às suas casas de férias.

Neste contexto, salientou a emissão de gravação em voz a alertar para a quarentena e para cumprir o isolamento e o consequente impacto que está a ter na comunidade, atendendo aos e-mails diários que estão a ser encaminhados para a Direção-Geral de Saúde, Centro de Saúde e Comandante da GNR, com informação inerente a todos aqueles que comunicam, voluntariamente, o seu regresso ao concelho, a fim de serem seguidos e verificar se, efetivamente, estão a cumprir o isolamento voluntário, que é isso que se pretende e que, na sua ótica, são medidas que ajudam a minimizar o problema.

Nesta conformidade, destacou, igualmente, o Plano Municipal de Operações que foi contemplado com uma série de ações e onde também estão vertidas as respostas, caso alguma coisa aconteça com as entidades do concelho, havendo a considerar, neste prisma, a sala de desporto, a sede da Tábua XXI e a sede de Escuteiros de Midões que estão preparadas e dispõem de melhores condições para o efeito, como sejam, balneários, copa e alojamento. Portanto, como referiu "temos



CÂMARA MUNICIPAL

aqui mais ou menos a situação planeada, sendo certo que num cenário destes nunca está tudo completamente assegurado, mas estamos a tentar fazer o nosso melhor".

Quanto ao equipamento de proteção individual, seja ele qual for, para os colaboradores das IPSS's, manifestou ser também uma preocupação das próprias instituições, uma vez que passaram a ter de fazer o apoio domiciliário, que está a criar muito constrangimento por causa da logística que isto acarreta. Contudo, como referiu *"o Município está atento a isso e em colaboração com a CIM, vai assumir os encargos com a aquisição desses equipamentos, designadamente, luvas e máscaras, para tentar criar uma reserva estratégica municipal, embora nada disto, ainda, tenha sido necessário"*.

Ainda, no uso da palavra, partilhou as reuniões que a Autoridade Nacional da Proteção Civil tem feito com o intuito de alertar todas as instituições e comunidade em geral para estas medidas preventivas, *"em que a essência de tudo é a proteção"*.

Antes de dar por concluída a sua intervenção, deu nota que, decorrente do teletrabalho, a Biblioteca Pública Municipal e o Centro Cultural, começaram a fazer a publicação direta e em diferido de eventos que têm ocorrido nas referidas infraestruturas municipais, nos últimos anos, como forma de darem continuidade às suas atividades e de promover a cultura.

Finalizou, informando que os Gabinetes de Apoio de Ação Social e da Proteção Civil são aqueles que se encontram em funcionamento, estando, por isso, criadas algumas equipas disponíveis para prestar o apoio julgado necessário, no âmbito das suas áreas.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, para acrescentar quanto aos equipamento de proteção individual referidos pelo Senhor Vereador que, na sequência dos contactos diários encetados, desde o início da pandemia, com a CIM Região de Coimbra, a mesma *"está a fazer aquisições diárias de material e a distribuir pelos Municípios, per capita, tendo em conta a população de cada um e dizer, também, que temos feito esse acompanhamento junto das empresas e comércio local, além das IPSS's, dos bombeiros, da GNR e, também, da área da*



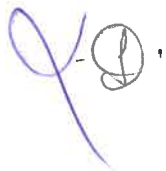
CÂMARA MUNICIPAL

saúde. Temos noção do que se está a passar no concelho e tentamos, de alguma forma, dar alguma confiança às pessoas, assim como alguma garantia de que tudo o que precisarem, nós estaremos cá para poder ajudar. Em relação às famílias estamos, igualmente, a tentar fazer um acordo com as Águas do Planalto, no sentido da redução das tarifas das águas e, obviamente, das receitas das águas residuais e dos resíduos urbanos do Município, temporariamente. Estamos a fazer essa análise em conjunto com a empresa e vamos ver até onde podemos chegar, de modo a minimizar as situações financeiras. Portanto, sobre este assunto, com certeza que, na próxima reunião, já teremos algo de concreto. Obviamente, que a parte económica do concelho e do país, nos preocupa a todos e a recessão já falada, ontem, pelo Senhor Ministro das Finanças, não tenhamos a mínima dúvida de que vai acontecer. É uma situação inesperada, tanto para o País, como para a Europa e para o Mundo. Portanto, o que é preciso, é salvar as vidas, proteger as pessoas e vamos trabalhar nesse sentido”.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, DR. ANTÓNIO MARTINS:

Interveio o Senhor Vereador, Dr. António Martins que, no uso da palavra, e após apresentar os habituais cumprimentos ao Senhor Presidente, restantes elementos do Executivo e também à Senhora, Dra. Sofia, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, começou por referir o seguinte:

“Partindo do princípio de que este momento que estamos a atravessar não será propriamente o melhor para estarmos aqui com divergências, que tantas vezes têm caracterizado as nossas reuniões de câmara, mas de forma salutar e para o bem dos Tabuenses. Quanto a mim, este é, antes, o momento de estarmos unidos em prol da proteção e da preservação do Concelho de Tábua e dos Tabuenses. Mas, apesar de considerar que este momento é de união, isto não invalida que eu teça aqui algumas considerações. Assim, nós consideramos que a reunião promovida pelo Município no dia 13 de março, após a comunicação do governo, que foi feita na véspera,



CÂMARA MUNICIPAL

reunião esta onde participou o Delegado de Saúde, o Coordenador da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados, as forças vivas do nosso concelho, esta reunião terá sido, portanto, um bom princípio, no sentido de esclarecimento da população, através dos elementos que nela se encontravam e da sua ação.

Consideramos que o comunicado que o Senhor Presidente fez, no dia 23 de março, deveria ter sido feito antes. Os Tabuenses precisavam desta palavra de confiança, esta palavra de quem está próximo, mais cedo, logo após a Declaração do Estado de Emergência a 18 de março, ou quando muito até no dia 20, quando foi publicada a sua regulamentação, com todas as medidas que se conhecem. Medidas estas que terão deixado muita gente atónita e, sem saber bem, como gerir esta situação. Sabemos que aqui a palavra das pessoas que lhes estão mais próximas, transmitirão, e terão o sentimento de maior confiança.

Por outro lado, as medidas que o Senhor Presidente implementou para o nosso Município, inclui-se nas mesmas o encerramento do Mercado Municipal. Ora, neste encerramento, incluíram-se as bancas de produtos alimentares que se encontram dentro do edifício, no edifício fechado. Pensamos que o Senhor Presidente neste aspeto não deveria ter ido além do que determinou o governo, através do Dec. Lei n.º 2-A/2020, que prescrevia que estes mercados de venda de produtos alimentares poderiam ficar abertos. Sabemos que não poderia ficar aberto nos moldes de sempre, mas sim, por exemplo, com as condicionantes de funcionamento que existem para todos os estabelecimentos que se encontram abertos ao público. Passam, por exemplo, pela limitação da permanência de pessoas no seu interior, no sentido de não criar aglomerações de gente. No fundo, penso que teriam que ser encontradas as formas de procedimento, relativamente às vendas, às compras e à circulação no interior do edifício. Pensamos que eram medidas perfeitamente exequíveis e de fácil implementação no nosso mercado e que serviam, sem dúvida, para ajudar os nossos comerciantes que aí operam e que, neste momento, atravessarão momentos nada fáceis. Pode o Senhor Presidente dizer, como já disse, que isto foi uma resolução encontrada através da CIM e dos Municípios a ela



CÂMARA MUNICIPAL

associados, mas efetivamente verificamos a existência de Municípios da área de influência da CIM, em que os Despachos dos Presidentes mantiveram, ainda, os mercados abertos.

Depois, mudando um pouco de assunto mas, ainda, relativamente a esta questão do COVID, principal assunto desta reunião e que deriva de uma reunião que tive ontem com o Senhor Secretário de Estado da Educação, em que este alertou para um aspeto que eu gostaria de abordar aqui e que diz respeito ao trabalho da CPCJ e, talvez, aos trabalhos também do CLDS, que nós também já abordamos nesta reunião.

Ora os elementos das CPCJ's não podem estar parados nesta altura e certamente não estarão parados. É uma altura em que as famílias todas se encontram em casa, sendo situações muito próprias para as quais as famílias, muitas das vezes, não estavam habituadas para esta convivência permanente.

Deve ter-se especial atenção, aqui, aos casos de possível violência doméstica, que tende a agravar-se nestas condições que nós atravessamos e temos o caso de Espanha que, de acordo com dados oficiais, estes casos de violência doméstica aumentaram bastante. Portanto, isto não é um assunto que nos possa passar ao lado e deve ser alvo das atenções da CPCJ e das entidades que devem atentar nesta questão. Haverá, também, a este nível das famílias e, com estas alterações que ocorreram agora, crianças cuja melhor refeição que tinham era da escola. Uma vez que agora estão em casa e, apesar de eles dizerem que não necessitavam da refeição servida na escola, deve ter-se também alguma atenção acrescida por parte das entidades, neste caso a CPCJ, para verificar o estado e as condições em que estas crianças e jovens se encontram. Também, aqui existe um papel importante das Juntas de Freguesia pela proximidade que têm, mas lembro que, por vezes, um olhar mais distante permite ver as coisas por outro ângulo, possibilitando detetar situações que por vezes as pessoas mais próximas não conseguem ver e que lhes passam de alguma forma despercebidas.

90



CÂMARA MUNICIPAL

Para concluir, apelo só aqui ao Senhor Presidente que, e isto não é qualquer desconfiança que o faça, mas apelo para que mantenha os Tabuenses informados acerca dos desenvolvimentos relativos aos casos de contaminação no nosso concelho, lembrando para este caso as palavras do Senhor Presidente da República, quando salientou a importância de nunca se faltar à verdade nas informações e eu aqui acrescentaria nunca faltar a verdade também e nunca omitir informações. As pessoas gostam de saber o que têm, não duvido que terá aqui os procedimentos corretos neste aspeto e que passarão sempre pela divulgação do que for ocorrendo no nosso Concelho.

Aproveito, ainda, esta reunião também para deixar votos de que não se desanime e que se mantenha um espírito positivo, continuando todos sempre conscientes da gravidade deste momento que nós atravessamos.

É este o momento para se apelar à serenidade possível e à responsabilidade de cada um, tomando a vacina que nós temos ao nosso alcance, de momento, e que passa por ficar em casa. Desejo continuação de uma boa saúde para todos".

Para responder às questões colocadas, o Senhor Presidente da Câmara usou da palavra referindo, primeiramente, que *"Temos que perceber que esta é uma situação nova. É uma situação para a qual ninguém estava preparado, nem os países mais evoluídos e mais ricos, pelo que estamos a ver países com dificuldades terríveis até, mesmo, em termos de resposta e em Portugal, acho que está a correr muito bem e esperemos que assim continue.*

Quanto ao encerramento do Mercado Municipal, como já disse, foi uma proposta discutida na reunião da CIM e que foi aprovada por unanimidade. No caso particular de Tábuia, temos uma situação que compreende toda a parte alimentar no exterior e a outra parte no interior que, com certeza, íamos ter muita dificuldade em fazer convencer as pessoas que uns podiam estar a vender e os outros não. Por outro lado, o número de pessoas que podiam entrar no mercado ia ser complicado de gerir, quer pela forma como estão localizadas as bancas e, também, pela forma como



CÂMARA MUNICIPAL

se movimentam os vendedores e os produtores, dentro do Mercado, cujas recomendações da Direção-Geral de Saúde seriam difíceis de cumprir, nesse aspeto.

Por isso, pesando todas as consequências e todas as situações e de acordo com aquilo que foi deliberado na reunião da Comunidade Intermunicipal, a nossa decisão foi encerrar. Quando Dr. António Martins se refere a outros concelhos onde os mercados estão abertos, eu desconheço quais são as situações. Admito que isso possa acontecer, mas desconheço. Agora o que foi dito na reunião é que todos iam encerrar os Mercados Municipais”.

Quanto à questão da CPCJ e do CLDS, solicitou ao Senhor Vereador, Dr. António Oliveira que prestasse os esclarecimentos que entendesse por convenientes, uma vez que são assuntos do seu Pelouro.

Quanto aos casos identificados, clarificou que *“há uma coisa que eu tenho feito. Se sei de alguma situação, até em caso de vigilância, é ligar ao Presidente de Junta, desde logo, e alertá-lo para a situação. O caso de ontem foi de uma Senhora que, entretanto, foi para realização de teste e logo que a mesma foi transportada, tive conhecimento disso, porque é obrigação da Administração Regional de Saúde comunicar ao Presidente de Câmara os casos que se verifiquem. Isso não aconteceu nos primeiros casos. Felizmente aqui em Tábua já foi posteriormente. Mas houve aí casos noutros concelhos em que isso não aconteceu, mas aqui tem estado a correr bem a ligação com Centro de Saúde. O meu compromisso é desde logo avisar os Presidentes de Junta para alertar para essas situações, se tiverem algum caso, que é para as pessoas também se acautelarem e se protegerem e, desde logo, também fazer o controlo de eventuais ligações das pessoas, eventuais contactos, para que tudo corra bem. Para mim, pelo menos reduzir os potenciais riscos. De resto, dizer que, da minha parte, tudo farei para que as pessoas se mantenham informadas é essa minha obrigação e é esse o meu compromisso”.*

Seguidamente, usou da palavra o Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz clarificando, quanto à tomada de posição que foi adotada o Mercado Municipal, que



CÂMARA MUNICIPAL

o mesmo *"tem uma especificidade: apenas abre aos sábados e aos domingos (...) e à exceção dos produtores diretos, todos os outros vendedores têm estabelecimento dentro e fora de Tabua, ou seja, os talhos tem estabelecimentos abertos no nosso concelho, as frutarias a mesma coisa e, eventualmente, até têm pontos de venda itinerantes, pelo que não ficam impedidos da sua venda semanal. O mesmo acontece com as frutarias e as padarias que lá estão, como por exemplo, a Broa do Morgado, a padaria Elisabete & Jorge e outras mais que lá estão à venda, têm pontos de locais de venda no nosso concelho"*.

Em cumprimento da solicitação efetuada pelo Senhor Presidente, usou da palavra o Senhor Dr. António Oliveira, para referir, no que concerne à CPCJ *"que era um assunto que, logo de início, também nos preocupou, assim como a transferência da presidência da mesma, explicando que quando há casos novos sinalizados, a Comissão reúne, na sua modalidade restrita, com os elementos que a constituem, analisa-se a abertura do processo, que tem de ser votado e elaborada a ata respetiva, mas como isso iria causar uma entropia grande, combinamos que os processos seriam abertos por telefone, havendo por parte dos Técnicos um trabalho acrescido, tomando nota da situação, efetuar entrevistas e, posteriormente, analisar se concordam ou não em abrir o processo, processando-se o seu arquivamento da mesma forma"*.

Esclareceu, sobre este assunto que *"desde que encerramos os serviços fisicamente, a CPCJ já abriu três novos processos, a acrescentar aos 46 que já estavam abertos, passando, desta esta última semana, a 49 processos. Portanto, é isto que se está a passar e foram dadas instruções, também, para tentarem fazer o acompanhamento desta forma e assim está a ser feito. Todas as crianças que estão na CPCJ sinalizadas e com processo aberto estão a ser acompanhadas, duas ou três vezes por semana e, posso garantir-vos, que esse trabalho está a ser feito e eu tenho acompanhado isso"*.



CÂMARA MUNICIPAL

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, CARLOS SANTOS:

No uso da palavra, o Senhor Vereador, Carlos Alberto dos Santos iniciou a sua intervenção, apresentando cumprimentos a todos os elementos do Executivo que participam na presente reunião e enviando, também, uma mensagem aos funcionários do Município que estão presentes e que permitem, com o seu trabalho, que continuemos ao Serviço.

Seguidamente, passou a ler a sua intervenção cujo teor se transcreve:

“Exmo. Senhor Presidente, pergunto-lhe se, relativamente, a esta reunião sendo ela de caraterística pública, foi adotado nos termos da lei, transmissão em direto no site do Município ou outra forma de disponibilizar a gravação da mesma, à posteriori.

Lamentavelmente, V. Ex.^a no e-mail de 19 de março, onde nos convida à não realização da Reunião de 26 de março, como motivo que na Ordem de Trabalhos não existia matéria urgente, originando a suspensão da mesma e motivo esse que originou, da minha parte, auscultar o Partido e, de seguida, enviar um e-mail a V. Ex.^a a informar a posição do Partido, bem como a minha indignação de não haver matérias urgentes neste período de emergência. Estranhamente V.Ex.^a respondeu-me, onde me deu a sensação de, mais uma vez, V. Exa. ter dificuldade em decifrar as minhas comunicações, das quais eu peço desculpa. Vou tentar aprimorar-me e tentar ser mais explícito. A sua resposta é de quem não leu o referido, na totalidade. Relembro-lhe que V. Exa. no território do concelho está ao nível hierárquico de um Ministro. Porque razão deixou, neste período de crise, os Presidentes de Junta à deriva, até dia 22 de março? Cada minuto de reação conta nesta luta, sendo que o Estado de Emergência foi decretado por Lei, no dia 19 de março, onde define o papel de cada um a intervir na sociedade (como o Senhor refere no seu e-mail, de 23, que se limita a cumprir a legislação emanada pelo Senhor Presidente da República), constatamos que o Senhor Presidente nem com a Lei é célere, pois demorou 5 dias para reunir com os Presidentes de Junta. Na minha opinião, alguém que é



CÂMARA MUNICIPAL

equiparado a um Ministro, demonstrou negligência e falta de sentido de estado. Não basta fazer planos de contingência e elaborar documentos, sem que haja coordenação e entendimento dos meios e dos intervenientes, ficando a sua ação no terreno, ao entendimento do que cada um achar melhor fazer.

Gostaria de saber qual a razão de só na segunda-feira, dia 22, ser realizada esta reunião? Pelos vistos o meu e-mail alertou V. Exa. para as responsabilidades que tem. Como prova disso é a sua resposta onde, mais uma vez, sinto que não leu o meu e-mail, porque no mesmo disponibilizei-me para que, não existindo coisas urgentes que iriam alterar a vida dos Tabuenses, poderia ser adiada. Todas as minhas sugestões vão de encontro às medidas que foram impostas pelo Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, salvaguardando sempre possíveis alterações e intensificação de medidas. A razão pela qual insisto em manter as reuniões públicas é no sentido de manter a população bem informada e dar a oportunidade de inquirir o Município sobre possíveis assuntos do seu interesse, neste momento de tanta incerteza, pelo qual vamos certamente passar.

Pergunto a V. Exa. o que fez pelos nossos comerciantes que decidiram ficar abertos no dia 22, quando a GNR, de forma abusiva e interpretando mal o Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, com referência ao anexo II, os interpelou e onde, muitos deles, me ligaram a pedir ajuda jurídica?

A informação do COVID-19 é só para quem tem acesso à net e às redes sociais, pois não se preocuparam com os mais frágeis, onde devia ter sido entregue informação escrita em cada habitação. Porque V.Exas. quando se trata de eventos e de festas, vocês conseguem fazer isto bem. Agora, não se pode pedir a uma pessoa que está em casa de quarentena a proteger-se, que vá aos "Mupis" da Junta de Freguesia ler os editais. E, há muita gente que não tem net, essencialmente, a população de risco.

As Juntas de Freguesia devem ter um papel interventivo e fiscalizador na sua área, nomeadamente, na aplicação da lei. E, para isso, é preciso que o Município disponibilize verbas e meios às mesmas, já que a Câmara Municipal votou e lhes



CÂMARA MUNICIPAL

foram retiradas as delegações de competências. Penso que temos de dotar as Juntas de Freguesia de meios, de forma a poderem suprir o que é necessário para atuarem, porque as receitas delas são basicamente o FEF que já está quase todo comprometido e as receitas do cemitério, que esperamos que não sejam muitas.

Depois perguntava ao Senhor Presidente se a ADI só serve para Oliveira do Hospital? E mostrava-lhe um prospeto de Oliveira do Hospital, em que fizeram um belíssimo trabalho, bem esclarecedor, que foi distribuído à população e, que me parece, que era uma boa ideia para o concelho de Tábua.

Perguntava se a Ação Social criou algum acompanhamento à distância, via telefone, para as pessoas mais sensíveis a este problema, que não podem sair de casa e que vivem sozinhos, em que se faça um contacto telefónico diário, duas vezes por dia a perguntar se está tudo bem, se há alterações, se precisam de alguma coisa e se há um acompanhamento diário nessa matéria.

Tinha aqui um assunto em relação às faturas de água, mas como o Senhor Presidente já falou que está a trabalhar nesse assunto, não me vou alongar nisso.

Queria alertar para um facto que, ainda, não vi o país preocupar-se e nós podemos ser pioneiros. Mais importante que higienizar e, o Senhor Presidente falou e muito bem, que cientificamente ainda não está provado que a desinfeção é algo que dê resultados, mas eu dava um exemplo, podemos criar um sistema ou criar uma rotina, como é que as pessoas colocam o lixo no contentor. Nós, por exemplo, na área alimentar não vamos mudar todos os caixotes, mas vamos ter de providenciar uma forma. Temos um pedal em que levanta a tampa e colocamos o lixo. Agora repare, alguém que vai colocar o lixo no contentor que, normalmente, está na rua e pega na tampa, que é de plástico. Sabemos que nas superfícies lisas o vírus mantém-se mais tempo e, até chegar a casa, há várias coisas que podem acontecer. Penso que, aqui, seria arranjar uma forma engenhosa das pessoas terem um pau ou uma coisa qualquer que estivesse desinfetado para levantarem a tampa e desta forma evitarmos a contaminação.



CÂMARA MUNICIPAL

Para terminar e em tempos que as empresas sofrem um problema tremendo na sua tesouraria, pedia-lhe, se me pudesse informar, em relação às Empresas Joaquim Martins da Fonseca Lda., qual é a nossa responsabilidade perante esta? E o que está vencido? E à Metalúrgica da Catraia, Lda.?"

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, referindo sobre "a distância na reunião, obviamente, que fizemos a reunião num período, também, em que as coisas estavam a iniciar. Hoje em dia, com certeza, que já não acontecia da mesma forma. Mas, nós também vemos, na própria televisão, situações em que isso acontece, há pequenas falhas, mas, estamos atentos"

Quanto à questão da reunião, "Senhor Vereador, eu tenho que lhe dizer que li atentamente o seu e-mail. O Senhor é que, provavelmente, não leu o meu. Eu não suspendi as reuniões. O Senhor até chegou a acusar-me de querer suspender a democracia. Aquilo que eu disse foi que, não havendo no Período da Ordem do Dia assuntos urgentes, porque os assuntos urgentes estavam todos a ser tratados, e eu esclareci isso. E, tendo em conta, a Lei n.º 1-A/2020, o Senhor se leu a 2-A/2020 também deve ter lido a Lei n.º 1-A/2020, diz o seguinte:

"A obrigatoriedade de realização pública das reuniões dos órgãos deliberativos e executivos dos municípios e das freguesias e dos órgãos deliberativos das entidades intermunicipais, conforme previsto no regime jurídico das autarquias locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, fica suspensa até ao dia 30 de junho de 2020, sem prejuízo da sua gravação e colocação no sítio eletrónico da autarquia sempre que tecnicamente viável. Até dia 30 de junho de 2020, podem ser realizadas por videoconferência, ou outro meio digital, as reuniões dos órgãos deliberativos e executivos das autarquias locais e das entidades intermunicipais, desde que haja condições técnicas para o efeito. As entidades, nomeadamente as autarquias locais e suas associações, cuja aprovação de contas dependa de deliberação de um órgão colegial, podem remetê-las ao Tribunal de Contas até 30 de junho de 2020 e as reuniões ordinárias podem realizar-se até 30 de junho de 2020", ou seja podiam ser



CÂMARA MUNICIPAL

adiadas, mas as reuniões públicas estão suspensas e, isto, é imperativo. Não é uma possibilidade que nós tenhamos. Portanto, aquilo que está a ser feito é: a reunião está a ser gravada e a gravação vai ser colocada no site do município. Cumprimos aquilo que diz a Lei n.º 1-A/2020. Portanto, julgo que quanto a essa matéria, estamos esclarecidos e eu limitei-me a responder àquilo que o Senhor escreveu, em que pedia que a reunião fosse assistida por alguém da comunicação social. Queria uma reunião pública ou pelo menos com intervenção do público, queria uma reunião presencial, se não fosse na Câmara era no Centro Cultural ou no Multiusos. Portanto, eram as suas propostas e eu limitei-me a cumprir aquilo que diz a Lei n.º 1-A/2020 e, como já disse, se o Senhor cita tanto a Lei n.º 2-A/2020, com certeza também deve ter tido a possibilidade ler a Lei n.º 1-A/2020”.

Prosseguiu, esclarecendo:

“Quanto à reunião de 22 de março, eu sinceramente não percebo a que reunião que o Senhor se está a referir”;

“Quanto aos comerciantes, dizer que se a GNR teve essa atuação não é da nossa responsabilidade e, também, na minha opinião ou pelo menos que eu tenha conhecimento, ninguém se veio queixar à Câmara que a GNR estivesse a tomar qualquer atitude que não fosse permitida por lei. Se o fez, é da responsabilidade da GNR. Mas, eu pessoalmente, desconheço e não me foi reportado por nenhum dos Vereadores uma situação desse género”.

“Quanto à ADI, o Dr. Ricardo disse que pretendia responder e bem, uma vez que é dirigente da ADI. Quanto à Ação Social o Doutor António Oliveira também poderá responder a esta situação”.

Relativamente, aos contentores, como já disse, é uma situação nova, uma situação que não estávamos preparados, ninguém estava preparado para ela. Poderemos ponderar essa hipótese, até porque não sabemos o tempo que isto vai demorar, porque tudo aquilo que a gente puder evitar em termos de contágio é muito importante”.



CÂMARA MUNICIPAL

"Quanto às situações das empresas que referiu, José Martins da Fonseca e da Metalúrgica da Catraia, Lda., irei verificar o que é que se passa e ver, realmente, o que é que está pendente".

De seguida, interveio o Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz referindo *"Sobre a ADI, Senhor Vereador, fez bem em sugerir isso. A publicação de Oliveira do Hospital foi feita no dia 23. A nossa técnica está de volta e eles estão em sintonia os dois. Tem estado a colaborar num concelho e noutro e, neste momento, também está a ser finalizada a nossa listagem para que possamos também divulgá-la à população, em geral. Sobre o comércio que está aberto, houve aqui um período de tempo que ele fechou e depois abriu, tendo em consideração as diretrizes que foram saindo, também, do governo mas, acho que é uma boa medida, no sentido da população saber os pontos e locais onde podem comprar os seus produtos, sejam alimentares ou de outro tipo".*

Relativamente à referência efetuada aos cartazes *"Dizer-vos, que há cartazes a serem distribuídos nas freguesias, assim como, também foram disponibilizados alguns ao Centro de Saúde. Portanto, estamos a acompanhar isso, dentro das medidas que vão sendo publicitadas, dentro das nossas possibilidades. Agora, se temos que fazer um reforço, partilhamos todos da mesma opinião que sim, e percebemos todos que, efetivamente, quando há pedidos de quarentena, nomeadamente, em Portugal, em que por vezes a mentalidade é diferente para com os outros países, isto não é para as pessoas andarem no café e é esta a minha opinião pessoal. O período de quarentena deve ser respeitado, dentro do possível e, quando se pede às pessoas para ficarem em casa, não é para estarem constantemente a ir à rua, porque nós também temos de ter essa postura, em termos daquilo que é a exigência, porque se não, não funciona. Podem ser adotadas as melhores medidas a nível do governo, podem ser adotadas as melhores medidas a nível da Câmara e da Juntas de Freguesia mas, se a população não colaborar, é impossível que todos possamos estar juntos e não é possível vencer esta pandemia. Faço um apelo aqui, a população está a portar-se muito bem, mas ainda assim temos*



CÂMARA MUNICIPAL

aqueles casos mais pontuais que estão a ocorrer e que têm de ser corrigidos para estar em casa, não é para ir constantemente à rua".

Interveio, também, o Senhor Vereador, Dr. António Oliveira esclarecendo sobre a questão colocada inerente aos Serviços da Ação Social, designadamente, quanto ao apoio aos idosos "que, também, decorrente desde isolamento das pessoas e em virtude de não termos, fisicamente, a nossa presença junto de alguns, foram já atribuídos 3 equipamentos de Teleassistência. Não sei se se recordam, mas o Município de Tábua tem um projeto que é a Teleassistência, que renovamos agora recentemente por mais 2 anos. Embora não reunissem as condições para atribuir aquele tipo de equipamento, nós próprios decidimos entregar, dadas as condições. Ainda temos cerca de 15 equipamentos por distribuir. Notificamos as IPSS's desta disponibilidade de equipamentos, porque também foram colocados idosos em casa, nomeadamente, os dos Centros de Dia. Aliás, a entrega destes equipamentos até foi nesse sentido. Foram sinalizados pelas IPSS's que nos pediram e nós entregamos os equipamentos. Temos feito esses contactos e, portanto, penso que estamos a fazer esse trabalho. A nível da psicologia também temos algumas famílias e crianças a ser acompanhadas, presencialmente, considerando que fazer o acompanhamento psicológico por telefone é sempre mais difícil, mas, também, está a ser devidamente acautelado".

Usou da palavra a Senhora Vereadora, Eng. Sílvia Ferreira, referindo quanto à questão dos caixotes do lixo que "não me parece que tenhamos que inventar nada, muito menos que tenhamos gastos neste momento, porque nem sequer sabemos quanto tempo vai a pandemia durar. Quando vamos ao lixo e, eu adquiri um hábito, trazer constantemente comigo um frasco desinfetante. Por isso, quando despejo o meu lixo no contentor, fecho a tampa e desinfeto as mãos e, quando chego a casa ou lavo as mãos ou continuo a pôr gel. Não me parece que temos que mudar os caixotes do lixo porque cada um de nós pode ser o agente de saúde pública, higienizando as suas mãos. Parece-me uma boa prática".

90



CÂMARA MUNICIPAL

Retomando a palavra, o Senhor Vereador Carlos Santos, dirigiu-se ao Senhor Presidente, referindo “ *Em relação ao meu e-mail reli outra vez e voltei a reler. Eu não o acusei de faltar à democracia. Lá está, senti na sua resposta que não leu bem o meu e-mail, dei algumas enumerações, algumas sugestões, que podem ser válidas, mas pronto*”.

De igual modo, dirigiu-se à Senhora Vereadora Sílvia, dizendo “*eu sei que nós podemos andar com gel, mas nós temos uma população mais idosa. Nós que somos da era digital é muito mais fácil. Mas, eu falo é naquelas pessoas que não têm esses cuidados, principalmente nas aldeias*”.

No tocante ao Mercado Municipal e sobre as referências efetuadas pelo Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz, retorquiu que “ *não é só os estabelecimentos de Tábua que estão, porque se reparar algumas das bancas que vendem ali produtos não têm estabelecimentos ou estão, digamos, em “modus operandis”, não diretamente da empresa da qual vendem produtos e recebem uma comissão pela venda dos mesmos. Mas, focando-me no mercado e digo que, da mesma forma, que eu fiz nos meus estabelecimentos, tendo duas portas como o mercado tem, era perfeitamente viável fazer um circuito de encaminhamento dos clientes, de forma a que cumprissem as regras, passo a passo, com a sinalização no chão e com apoio, obviamente, dos funcionários da câmara, mas poderia ser. Na questão da alimentação, é onde eu poderia ver mais alguns problemas, mas teriam que ser com barreiras físicas e aí teremos, também, um problema que esperamos que as obras resolvam. É claro que poderia funcionar em regime de take away, mas como sabemos aquela parte não defuma bem e, portanto, aí tínhamos um problema, claramente, técnico em que não era possível funcionar. Dentro do mercado é pacífico, na parte de fora com outras condições, era uma questão de criar corredores e criar espaçamentos. Só para reforçar aqui, há mercados que abriram, mas que não fazem parte da CIM, mas no caso da Câmara de Vila Nova de Poiares, o Presidente abriu o mercado e faz parte da CIM, que eu me recorde*”.



CÂMARA MUNICIPAL

Interveio, novamente, o Senhor Presidente da Câmara, para acrescentar que “ se nós estamos integrados numa Comunidade Intermunicipal em que houve uma decisão que acabou por ser unânime, também, a devemos respeitar e tomamos essa decisão de imediato. Se, eventualmente, alguém tomou uma decisão contrária, isso aí cada um será responsável pela atividade do seu concelho. Mas, pelo menos, se alguma situação acontecesse, não poderíamos vir, no futuro, a ser acusados que alguém esteve no mercado e que, entretanto, se tenha verificado que era portador da doença e que podia ter sido ali um foco de passar o vírus, nós salvaguardamos a situação. É tudo muito complicado e nestas coisas, como eu já disse, mais vale assumir a responsabilidade por excesso do que por defeito. Mas dizer que me limitei, também, a acatar esta proposta dos responsáveis das várias entidades e que acabou por ser votado, por unanimidade, na reunião da CIM. Se, entretanto, alguém teve outra interpretação aqui, pelo menos nós, mantivemos a nossa decisão e avançamos. Aquilo que eu sei de mercados, como o da Figueira da Foz, como outros mercados grandes, foram encerrados de imediato, assim como feiras semanais. Além disso, houve municípios que tinham obras a decorrer e que as suspenderam porque o pessoal dos empreiteiros vinha de fora e temia-se que os mesmos fossem portadores do vírus. E, tudo isto, para se ver, realmente, onde chegaram as decisões, mas isso aí temos que respeitar. Cada um tem que tomar as decisões de acordo com aquilo que são também, no fundo, os seus cuidados, a sua responsabilidade, a sua cautela, a sua preocupação. Mas dizer que, realmente, da nossa parte a preocupação é que os Tabuenses fiquem mais protegidos e até porque, se nós tivéssemos um mercado aberto, sobretudo, ao domingo, ia transformar-se numa procissão. Aquilo que se diz de ficar em casa, não ia acontecer. Portanto, também era uma preocupação e por essa razão, também, estaríamos a dar um péssimo exemplo, no sentido de por um lado estarmos a chamar a atenção das pessoas para ficarem em casa e sabemos quantas centenas ou, às vezes, nalguns fins-de-semana, milhares de pessoas que se deslocam ao mercado, ou seja, deixava de ser uma atitude responsável para

Y 2



CÂMARA MUNICIPAL

correr uma série de riscos. Portanto, a decisão foi tomada, assumimo-la e esperamos que realmente os Tabuenses compreendam a situação”.

O Senhor Vereador, Carlos Santos prosseguiu a sua intervenção, partilhando as diligências que teve que efetuar, na passada 2.ª feira, junto da Direção Geral das Atividades Económicas, sobre a questão do take away nos estabelecimentos e alguns estarem abertos, porque a GNR, do Distrito de Coimbra, entendeu erradamente, o anexo 2, do Decreto n.º 1-A/2020, tendo conseguido reverter a situação e assim os estabelecimentos, a partir de 3.ª feira ficaram abertos, desejando, por isso que haja união, em relação aos mesmos.

Ainda no uso da palavra, abordou a situação dos *layoffs*, manifestando a sua preocupação com a questão das movimentações políticas, que repudia, como foi o caso da movimentação que o Partido Comunista Português fez aos Aquinos. Neste sentido, confessou que *“Aquilo não se faz. Percebo que a Administração quis ganhar tempo em relação à matéria que não está ainda legislada, mas é muito funcionário, é muita gente, é muito complicado tomar uma decisão daquele tamanho. E, haver um movimento daqueles que, agora, pode criar condicionantes à empresa e que pode criar muitos problemas quando, neste momento, temos é que fazer algo para que percamos o mínimo de postos de trabalho”.*

Por isso e ao dar por concluída a sua intervenção, disse estar disponível para o que for necessário, porque *“Tábua tem mais o que nos une, do que o que nos distancia e nos difere”.*

Face às preocupações referenciadas por todos, o Senhor Presidente da Câmara interveio novamente, dizendo *“Já tinha referido no início que era uma preocupação. Aliás, ouvimos ontem o senhor Ministro das Finanças dizer isso mesmo. Estamos a entrar em recessão. Preocupa-me muito, também, a parte comercial, a parte empresarial e toda a economia. Quanto aos postos de trabalho, o Senhor Presidente da República já veio admitir o crescimento de desemprego. Preocupa-me muito a área do Turismo, preocupa-me muito a área da Restauração.*



CÂMARA MUNICIPAL

Não sei como é que estes estabelecimentos vão recuperar depois de uma crise destas, que desconhecemos por quanto tempo vai durar. Preocupa-me muito todo o futuro das pessoas e das famílias. Obviamente, que os apoios sociais serão bem-vindos, mas esperemos que sejam rápido e que no fundo, sejam apoios para dinamizar a economia e que não sejam, realmente, mais um problema. Sobre esta pandemia, desejar a todos muita atenção, muita cautela, muita saúde e que continuem a passar a mensagem, de forma a estarmos todos atentos a quem realmente está próximo de nós e quando virmos algum comportamento negligente, sejamos nós próprios também a chamar a atenção e ter essa responsabilidade e esperar que as coisas vão correr bem. Contudo, estou ao dispor dos Senhores Vereadores para qualquer chamada de atenção, qualquer informação, tudo aquilo que entenderem, 24 horas, por dia, todos os dias e se sentir necessidade de efetuar uma reunião urgente serão convocados para tal.

Concluiu a sua intervenção, endereçando um abraço a todos, as maiores felicidades e obrigado por terem participado desta forma e julgo que tudo correu bem. Agradecer, também, ao Engenheiro Calado por ter, como técnico de informática, preparado a reunião com o Senhores Vereadores, para que tudo corresse dentro daquilo que julgo que foi normal e presumo que todos tiveram a possibilidade de ouvir atentamente”.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, JOAQUIM GARCIA:

Após dirigir cumprimentos a todos os elementos do Executivo que participam na presente reunião, o Senhor Vereador, Joaquim Garcia, iniciou a sua intervenção expondo o seguinte:

“Inicio a minha intervenção com uma palavra de gratidão direccionada para todos os Médicos, Enfermeiros/as, Auxiliares da Saúde, Autoridade da Proteção Civil e demais Técnicos, pelo extraordinário trabalho e dedicação que, com grande sacrifício, desempenham sem limites na ajuda ao combate da epidemia da Covid-19.

Y D.



CÂMARA MUNICIPAL

Questiono se todos os Lares de Idosos, Centros de Dia e Unidade de Cuidados Continuados, existentes no nosso concelho, se estão em estado de prontidão, se necessário?

Nos seus quadros existem Técnicos de saúde suficientes e demais valências suficientes?

Por último, desejo ao Senhor Presidente da Câmara, Mário Loureiro, muita saúde e muita força para que, num momento tão difícil, esteja em permanência e disponível para todos os munícipes”.

Antes de responder às questões colocadas, o Senhor Presidente da Câmara agradeceu as palavras de conforto e de incentivo que o Senhor Vereador lhe dirigiu, dizendo de seguida, no que respeita à saúde ” *com certeza que não temos o pessoal que seria necessário mas, da nossa parte temos tudo feito até hoje, independentemente desta situação. Já desde o passado que temos feito tudo o que está o nosso alcance para que, realmente, o quadro clínico, o quadro de pessoal de enfermagem, o quadro de assistentes operacionais e assistentes técnicos do Centro de Saúde e dos nossos Postos de Atendimento da Saúde, tenham aquilo que é obrigatório, que é a possibilidade de prestar os cuidados às pessoas que, efetivamente, deles precisam”.*

Antes de dar por terminada a presente reunião, o Senhor Presidente esclareceu que não temos minuta desta reunião, sendo apenas elaborada a ata, que será enviada aos Senhores Vereadores, nos moldes habituais, para, eventualmente, fazerem as alterações que entenderem por convenientes e, posteriormente, ser submetida a aprovação.

Deu, igualmente, nota, que a próxima reunião, segundo o calendário, será realizada no dia 9 de abril, quinta-feira Santa, portanto deixou à consideração dos Senhores Vereadores, caso não haja obstáculo ou impedimento, que a mesma se realize no citado dia ou seja alterada para dia a definir e que seja favorável a todos.



CÂMARA MUNICIPAL

Findas as intervenções e os respetivos esclarecimentos, o Senhor Presidente da Câmara, dado não haver mais nada a tratar, declarou encerrada a reunião às dezasseis horas e trinta minutos.

E, eu, Maria José Mendes Dias das Neves, Coordenadora Técnica, servindo de Secretária, a redigi e também assino.

O Presidente da Câmara,

A Secretária,

